

## FOLHA POLITICA E LITTERARIA.

—SUBSCREVE-SE A 28500 RS. POR TRIMESTRE (13 NÚMEROS) E VENDE-SE CADA FOLHA AVULSA A 200 RS. NESTA TYP.

SABBADO 4 DE SETEMBRO.

MAHARAO TYPOGRAPHIA DA TEMPERANÇA, IMPRESSO POR MANOEL PÁREIRA RAMOS, NA RUA FORMOSA CAZA N.º 2.

## RIO DE JANEIRO.

## SENADO.

O SR. VASCONCELLOS:—Sr. Presidente, trata-se da reforma de um cabo que me parece que devia ter mais de subsistência por outro modo. Não ha ali uma casa de invalidos? Eu, como adheo a boa parte ou a quasi todo o programma da politica que o nobre ministro do Imperio o Sr. senador Paula Souza declarou ter decidido o ministerio, desejo que, para principiarmos a coadjuvar este nobre ministro na sua tarefa, sejamos mais circumspectos na concessão de tantas pensões, e aposentadorias, bem como nos aumentos de ordenados.

O SR. PAULA SOUZA (ministro do Imperio).—Apoiado.

O SR. VASCONCELLOS:—Não se note principiar esta observação pela reforma de um pobre cabo. Quizera eu que se fizesse um exame serio, e se conhecesse o nosso estado, as nossas necessidades, para dar-se preferencia ás mais urgentes, visto que não é possível atender a todas.

Por esta occasião eu tenho de manifestar ao senado o incommodo que tive hoje ao sentar-me nesta cadeira e lendo a *Gazeta Official*. Publica ella um decreto pelo qual é nomeado presidente do conselho de ministros o honrado ministro da fazenda o nosso collega o Sr. Manoel Alves Branco. Não contesto a este nobre senador a capacidade para exercer tão alto emprego; mas o que eu não posso conceber é como o presidente do conselho vai executar uma politica não sua, contraria á que elle tem quasi apossentado nas camaras. Não ha muito tempo que se declarou ser a politica da administração de 22 de maio—favor aos amigos e justiça para todos—mas justiça forjada por deputados falsos e por senadores falsos. Não chamarei á lembrança objectos desagradaveis, visto querer seguir em tudo as advertencias do nosso illustre collega o Sr. Antonio Pedro da Costa Ferreira. Ora, sendo esta a politica da administração ao tempo em que entrou para o ministerio o Sr. Paula Souza, não sei como possa agora ser presidente do conselho o nobre ministro o Sr. Manoel Alves Branco.

Eu já disse, e repito, formo a mais vantajosa idea da capacidade desse illustre Brasileiro; mas o que julgo que não cabe nas suas forças é presidir um conselho de uma politica não sua. Primeiro, tenho de observar que a presidencia do conselho não é politica da administração de 22 de maio; é politica que appareceu, que pela primeira vez se ouviu soar nos conselhos da corte quando para elles en-

trou o Sr. senador Paula Souza; em segundo lugar, se eu conheço bem o que quer dizer—presidente do conselho,—a sua principal occupação é fiscalisar a observancia da politica adoptada, examinar se algum dos seus ministros se esquece de seus compromissos, se um marcha para a direita e outro para a esquerda, quando todos devião avançar ou recuar: o presidente do conselho é o laço da unidade da administração. Ora, como poderá desempenhar estas funcções o Sr. Manoel Alves Branco, que tem sempre seguido politica contraria á proclamada pelo Sr. Paula Souza na camara dos deputados?

Se eu entendi bem o programma do nobre ministro do imperio, declarou elle, entre outras cousas, que os principaes empregados ou agentes administrativos devião ser da confiança do governo, e que, quando elles a não merecessem, devião ser demittidos. Esta proposição, esta politica, esta doutrina, penso eu que nenhum de nós a contestará (*apoiado*); mas a politica da administração de 22 de maio não era essa, estendia a sua acção até aos officiaes de justiça! Se um official de justiça não cumpria fielmente ainda o que não era da sua obrigação, era demittido; inspectores de quarteiros solfrião tambem por não se conformarem com as ordens que lhes davão sobre objectos estranhos a seus deveres. Não quero particularisar, nomear nem declarar se ha muitos ou poucos dias se procedeu assim. Sendo incontestavel o que acabo de dizer, parece-me que as esperanças que eu tinha concebido ao ler o programma do Sr. ministro do imperio, o Sr. Paula Souza, se tem quasi de todo dissipado, por que o presidente do conselho, a primeira entidade do conselho, contraria esta politica.

Eu declaro que só tenho algumas dvidas quanto ao que disse o Sr. Paula Souza relativamente á organização que julga se deve dar ao conselho de estado; mas nem esta divergencia é essencial, nem mesmo, desajando a realisação das outras partes da sua politica, negaria o meu voto, quando elle fosse preciso, para que toda a politica vingasse.

Sendo esta a minha convicção, que eu com prazer enuncio perante o paiz, não fiquei satisfeito quando li o decreto que nomeava presidente do conselho ao nobre senador o Sr. Manoel Alves Branco: o este meu dissabor, ou a enunciação delle, não é offensivo do nobre senador, porque eu separei a sua capacidade, suas excellentes qualidades, a politica com que elle se compromettera entrando para o ministerio de 22 de maio, que elle annunciou muito claramente na camara dos deputados, que tem sido, até o presente en-

cetada, penso que em não pequena escala... promette muito!

Se eu não tivesse lido o decreto, talvez não tocasse neste objecto; mas em es- pero que o senado não considerará inopportuna ou não taxará de impertinente esta minha observação; porque, se ella não foi feita até ao presente nesta casa, tambem até ao presente se não tinha creado presidente do conselho, não se tinha fixado idéas a este respeito, o juizo que desta nova entidade deve formar o senado. Ao menos servirão estas palavras de chamar a attenção do senado sobre este objecto, que considero de summa transcendencia.

Não sei para que servem tantas verbas no orçamento—asylo de invalidos—, despesas para aqui, despesas para ali com o exercito, e a final ainda o corpo legislativo tem de occupar-se com reformas de cabos de esquadra, que me parece que podião ser bem tratados pelas disposições das leis existentes, com as quantias que se designão para esse fim.

O SR. PAULA SOUZA (ministro do imperio).—Devo fazer algumas observações sobre o que acaba de dizer o honrado membro.

O senado conhece perfeitamente quaes tem sido minhas opiniões sobre todos os pontos que se tratão nas camaras, e sobre a marcha do governo do paiz. Entrando eu para a administração, foi sempre a minha intenção procurar nella sustentar e realisar as idéas que antes havia enunciado, ou retirar-me quando visse que o não podia conseguir. Nesse sentido enunciei algumas opiniões na camara dos deputados, e muita satisfação me causou o honrado membro dizendo que concorda com a maior parte dellas.

Mas julga o honrado membro impossivel a realisação de meus desejos, porque a politica do nobre presidente do conselho é diversa. Eu disse já na camara dos deputados, e sou forçado a repetir, que, quando se me fez a honra de convidar para fazer parte da administração, enunciei as minhas opiniões a respeito da marcha que convinha seguir, e se me responderam que erão essas as opiniões do governo. Por consequencia estou persuadido de que todos os membros da administração, e portanto o presidente do conselho, tem o mesmo pensamento que eu tenho.

Não posso dizer qual tem sido até agora a marcha do actual governo desde a sua instalação, porque estando deoito dos olhos, não tenho podido ler as discussões das camaras, nem parte em dia com os actos administrativos e a marcha dos negocios publicos. E' isto uma verdade; portanto não posso, ainda que quizesse, entrar na analyse da marcha porque o governo tem procedido até agora. O que posso bem affirmar é que todos os membros tem as opiniões que enunciei.

o como os julgo homens de honra, estou que não de sustenta-las. Nesta persuação lisonjeio-me do apoio do honrado membro e de seus amigos políticos, uma vez que concordo nas opiniões que emittir-se em alguma cousa divergem, já disse na camara dos deputados que não affirmava que as minhas opiniões erão as melhores: o fundo dellas é que quereei sustentar; mas estou prompto a modifica-las, a mudar algumas, se pela experiencia e discussão se me convencer de que estou em erro, ou de que não posso fazer tudo, sendo entretanto de vantagem para o paiz que se faça parte do que quero.

Ora, sendo assim, tendo todos os membros do governo as mesmas opiniões, tendo-se elles comprometido a realisar estas idéas, parece que outro não devia ser o presidente do conselho se não o que organisou este ministerio: e como tenho todos os meus collegas por homens de honra, devo esperar que seja a marcha do governo aquella que eu descrevi.

Eu poderia errar na explicação dos principios que enunciei, mas protesto mudar de opinião logo que se me convença de que estou em erro. Se porém não puder realisar o que desejo, desde já declaro ao senado que me retirarei. Eu quero fazer o bem do meu paiz; receio que para isso me fultem as necessarias forças; mas enfim tentarei fazê-lo do modo porque entendo que o devo; e, logo que veja que isso não é possível, retirar-me-hei. A estada no governo do Brazil, nas circumstancias presentes, não é cousa que nenhum homem possa appetecer (*apoiado*); se pois eu aceitei este pesado encargo, foi por considerações de alta gravidade. . . .

O Sr. VASCONCELLOS:—*Apoiado.*

O Sr. PAULA SOUZA (ministro do imperio):—Logo que me desenganar da realisação de meus pensamentos, devo retirar-me; outros haverão que tenham mais capacidade do que eu.

Eis o accordo em que estou, e certo de que é este o de meus collegas, muito e muito folgarei de merecer o apoio do honrado membro e de seus amigos políticos, porque o que eu desejo não é o bem de partidos, nem de pessoas, mas o do paiz.

O Sr. ALVES BRANCO (presidente do conselho):—Sr. presidente, uma das vantagens que eu entendo deve tirar o paiz da resolução tomada pelo nobre senador o Sr. Paula Souza, de ajudar-nos na ardua tarefa do ministerio, é sem duvida a cooperação que parece estar prometida ao mesmo ministerio pelo nobre senador o Sr. Vasconcellos. Este nobre senador porém disse que apoiando as idéas do Sr. Paula Souza, não apoia as opiniões ou idéas da administração que existia antes da entrada de S. Ex. O senado já ouviu o que o meu nobre collega, o Sr. ministro do imperio, disse a respeito da politica do ministerio; e só me resta provar que o nobre senador a quem me refiro não tem razão alguma em entender que essa politica, antes da entrada do Sr. Paula Souza, era diversa da deste nobre senador, actualmente ministro do imperio.

O nobre senador leu o discurso do Sr. Paula Souza na camara dos deputados, viu os pontos que elle declarou serem as bases de suas idéas, e que apresentou ao ministerio para ver se se podia ou não associar a elle. Essas idéas são, primeiro, a reforma da lei que alterou o codigo do processo no paiz: essa reforma

já tinha sido annunciada pelo ministerio, ainda que não mudamente desenvolvida. Depois a reforma da lei de eleições no sentido de as tornar directas; estas tambem são as minhas idéas, sempre o foram e são de todo o ministerio actual. Ultimamente, a reforma do conselho de estado: o nobre senador sabe tambem que quando se tratou do conselho de estado, eu tive uma opinião diversa da maioria, opinião que se aproximava muito da do Sr. Paula Souza; ainda que divergissemos em pontos de pequena importancia, estavamos de accordo na idéa capital da organização.

Já vê o nobre senador que sobre estas bases não ha, nem pode haver, divergencia de opiniões entre o ministerio como estava organizado e o que actualmente existe.

Examinemos agora um outro ponto de que muito se tem fallado sem razão alguma; isto é dizer-se que o ministerio de 22 de maio tinha por politica—justiça a todos e favor aos amigos—; e não sei que mais que o nobre senador acrescentou a respeito de senadores falsos e de deputados falsos.

Disse o nobre senador que o Sr. Paula Souza enuncia uma idéa com que elle concorda, isto é, que não daria, nem consentiria seus adversarios em empregos de confiança. Eu creio que o nobre senador conhece as minhas opiniões a este respeito ha muito tempo; nem era preciso que eu na tribuna as enunciasse para que elle as conhecesse. Eu sempre fui de opinião que os empregados de confiança erão aquelles sobre quem devia recahir alguma austeridade do governo. Em qualquer repartição, por exemplo, os chefes devem ser de inteira confiança do governo: são elles os que mantem regularmente essas repartições, porque o respeito que se lhe tem faz que os mais empregados se dirijam bem; e quando se não dirijão, os chefes procuram corrigi-los na forma das leis. De modo que basta que haja maior facilidade de remover os chefes, para que as repartições se dirijão bem. Estas foram sempre as minhas opiniões, tanto assim que até houve idéa minha (o nobre senador bem o sabe) de dar alguma estabilidade aos empregados que não fossem de mera confiança.

Mas o nobre senador disse que o ministerio actual não estava nessas idéas, que levava a sua animadversão até aos meirinhos, até aos empregados que não podião influir na politica. Não sei a que se refere o nobre senador; se o nobre senador apontasse factos, podíamos discuti-los, e talvez explica-los sem entrarmos na theoria da confiança. Eu não vejo divergencia alguma entre as minhas idéas, as do ministerio nesta parte. Os outros empregados que não são de confiança tambem poderão merecer correção, mas não devem estar nem estão no mesmo caso que os de confiança; são estes os que devem estar em maior analogia, maior identidade com o governo e suas opiniões. Emfim, é necessario que as repartições se dirijão pelo espirito que dirige supremamente os negocios publicos. Não sei que houvessem outras opiniões no ministerio antes de completar-se; são as mesmas. O Sr. Paula Souza foi convidado desde 22 de maio, e nós tivemos o seu assentimento, sua adhesão em uma carta que recebemos o que esperamos aciosamente.

Disse-se que o programma do ministerio antes de completo era—favor aos amigos—; talvez fossem as palavras mal applicadas, mas en expliquei-as na outra

camara; quereis dizer—as pessoas que estão mais em relação com o governo em quanto a opiniões e maneira de ver os negocios, são as que serão preferidas para os empregos de confiança; e vejo que o nobre senador a quem respondo é desta opinião; que o governo não pode servir-se, em cargos de confiança, com seus adversarios. É esta a nossa idéa. Eu fico satisfeito o muito contente de ver que o nobre senador, hoje mais esclarecido, ou tendo obtido novas explicações da politica que existia, se resolve a apoiar esta administração, porque realmente prezo muito, conceito muito o voto do nobre senador e sua cooperação.

O Sr. PAULA SOUZA (ministro do imperio):—Esqueceu-me fallar no que deu motivo a esta digressão, que é a resolução que se discute.

O senado ha de lembrar-se de que só tenho votado por pensões quando se trata de remuneração de serviços reaes feitos ao paiz, e especialmente sendo concedidas a mutilados ou a viuvos de praças mortas em campanha. Neste caso nunca deixei de votar, até mesmo porque são quantias insignificantes. Ora, sendo esta reforma concedida a um homem que se inutilizou no serviço publico, voto por ella. Se se não conceder isto aos que estão neste caso, a quem se ha de conceder? E é mesmo para se poder conceder a estes que eu quero economisar a respeito dos outros (*apoiado*).

O Sr. VASCONCELLOS:—Desejo ainda dizer duas palavras.

Eu considero a existencia de um presidente do conselho como objecto de muita monta, de muita influencia na sociedade; por isso o senado me desculpára de que eu já ainda com algumas observações roubar-lhe o precioso tempo.

Um presidente do conselho dá, em minha opinião, duplicada força ao poder executivo. Seis homens vivendo isolados, ou com pequenas conferencias, podem muitas vezes, cada um de per si, compadecer-se da desgraça, quando cada um dellles obra desempachadamente. Se o patronato é pessimo, se é um dos maiores flagellos de uma sociedade bem constituida, todavia, quando esta tem chegado a certo gráo de corrupção, nem sempre é condemnavel; muitas vezes traz beneficio ao individuo, e mesmo a uma parte da sociedade. Um presidente do conselho, porém, tolhe muito a accão administrativa de seus collegas, isto é, a maior liberdade nos seus actos, porque a cada passo os está advertindo de que se arredão da senda em que convierão trilhar. Daqui vem a unidade do poder executivo, e por consequencia duplicada força no ministerio. Se, pois, a politica proclamada não for litteralmente e em muito boa fé observada, aí do Brazil! Então não haverá recurso algum; se continuar o systema de que até ao presente temos sido victimas, não ha nada mais perigoso, mais funesto do que a criação do presidente do conselho. E este ao menos o meu sentimento.

Um ministro tem certas aflicções particulares, outro tambem as tem, umid são homens formados de carne e sangue, não podem deixar de se render a certas aflicções quando não achão muito satisfactos. Dahi vem que um ministro pode ganhar as sympathias de um ministro, ser protegido contra injustiças; mas quando este ministro não tem a accão livre, quando tem sempre por diante o presidente do conselho, que lhe aponta o caminho



que deve trilhar, dobra-se o peso do máo governo.

Ora, no caminho em que tem marchado a sociedade brasileira ha certo tempo a esta parte é preciso que encontremos, enfim uma esperança, um recurso para não desesperarmos. Recorro eu ao juiz municipal, o juiz municipal faz-me justiça; mas esta justiça não agrada á autoridade superior da provincia ou ao ministerio e o juiz municipal removido ainda que a lei não authorise a remoção. Se o juiz municipal não me faz justiça, recorro ao juiz de direito; este me attende, mas os superiores não desejam que eu seja attendido, é o juiz de direito removido. O que acontece pois? É que o juiz de direito, quando vai dar o despacho, ou a sentença procura indagar se eu sou ou não protegido pelo governo, se eu me presto a todas as exigências que o governo me faz; se me considera inimigo do governo, nunca me faz justiça, todas os meus actos condemna.

Um ministro da justiça que não estivesse preso pelos laços de unidade que se estabelece, podia muito bem tolerar que um juiz de direito fizesse justiça; mas se não for essa a vontade do primeiro ministro, não ha remedio, não ha esperança.

Pelos motivos os mais insignificantes tem sido removidos juizes de direito, por motivos que até nem tem sido bem averiguados, nem mesmo se tem avahado pelas informações dos presidentes das provincias, de sorte que hoje considera-se a justiça como um meio de lograr-nos, requerer justiça, citar leis, allegar razões, por mais ponderosas que sejam, é proprio de quem não conhece a sociedade, é (para me exprimir com mais clareza) ou de velhacos ou de logrados, ou de logrados ou logrados, como se costuma dizer.

Sa, pois, a politica annunciada na camara dos deputados pelo Sr. Paula Souza não foi fielmente executada. . . . não enunciei o que desejava. . . . O Brazil amaldiçoará a criação da tal presidencia do conselho; o mesmo nobre senador que foi causa de soar esse nome pela primeira vez nos conselhos da corôa teria de arrependê-lo.

Eu não citarei factos, como me provocou a fazê-lo o nobre ministro presidente do conselho, porque não quero que um debate tão serio, tão grave, torne-se irritante; por mim, lançarei um voto sobre todo o passado uma vez que o Brazil tenha a ventura de ver fielmente observado o que está prometido no programma do Sr. Paula Souza. Se a administração seguir esta vereda, lançarei, repito, o voto sobre todo o passado (apoiados.)

Tenho ainda de fazer uma observação que não se refere a individuos. Eu entendo que nas circumstancias em que foi organizada a administração actual, não era consequencia necessaria ser primeiro ministro o que organizou. Já disse, não contosto ao nobre ministro da fazenda toda a capacidade para desempenhar este cargo; mas, quando se trata de questões de principios de conservação, a ninguém póde-se devesa offender a sua enunciação. O que digo hoje a respeito da actual presidencia do conselho, diria se o Sr. Paula Souza tivesse organizado o ministerio e estivesse no seu lugar o Sr. Manoel Alves Branco. A presidencia do conselho

é uma criação necessaria do systema representativo; não são as leis, não são os decretos que a creão, são as necessidades deste governo. . . .

O Sr. ALVES BRANCO (presidente do conselho).—Apoiado.

O Sr. VASCONCELLOS.—Se nós tivéssemos camaras legislativas, como espero que havemos de ter um dia. . . .

O Sr. PAULA SOUZA (ministro do imperio).—Se tivérmos lei de eleições.

O Sr. VASCONCELLOS.—... os ministerios que tem existido se terião apresado a crear esta entidade. Os presidentes do conselho póde-se dizer que são obra dos mesmos ministros; recebe de ordinario esta nomeação no que é incumbido de organizar o conselho; elle procura os seus amigos e os seus amigos de ordinario o reconhecem habilitado para o desempenho das altas funções da presidencia. No caso em que estamos não se davão estas circumstancias; mas eu porei tudo isto de parte, o que julgava conveniente era que a pasta que reunisse a presidencia do conselho fosse a que mais influencia exerce no paiz. Conheço que na Inglaterra é sempre primeiro ministro o ministro da fazenda; porém esse que se chama ministro da fazenda em Inglaterra não é o administrador, bem que algumas vezes elle desça ás particularidades da administração da fazenda, segundo o seu genio, segundo os seus gostos, ou mesmo porque deseja primar mais nessa administração. Mas não se segue daqui que a Inglaterra reconheça que a primeira pasta, a de mais alta importancia, a que deve ser o laço de união de todas as outras, a que deve chamar todos os negocios á concordia para se conseguir o fim, seja sempre a pasta da fazenda.

Sr. presidente, eu não desejo alongar-me mais sobre esta materia: o meu desejo é que se faça algum serviço ao paiz, e por isso declaro que estimarei muito ver executado este programma, porque entendo que elle ha de contribuir muito para que se confundão todos os partidos (apoiados), e até todas as facções (apoiados). Não tenho outro desejo, não faço outros votos.

Concluo agradecendo muito ao Sr. ministro da fazenda o favor com que me tratou. . . .

O Sr. A. BRANCO (presidente do conselho).—Sempre o tratei assim.

O Sr. VASCONCELLOS.—Em outro tempo nunca neguei o meu voto ao Sr. ministro da fazenda; até fiz mais; quando seus proprios collegas o combatião na camara dos deputados, eu offerecia o fraco apoio de minha voz, do meu voto, ás propostas do nobre ministro da fazenda; mas de certo tempo em diante senti e senti muito separar-me de sua opinião, de sua marcha administrativa.

Voto pela resolução; o que desejava era que examinássemos se tínhamos meios de evitar esta continuada renessa de reformas desta ordem ao corpo legislativo.

Não temos creado aqui uma casa de invalidos, o para ella se exigio sempre muito dinheiro. Eu tenho, nas outras sessões, mostrado que parece que essa casa não foi creado senão para se applicarem dinheiros para a sua manutenção, sem que ella preste serviço algum. Parece-me que estas repetidas reformas me justificão do juizo que formei deste estabelecimento. . . . Mas é questão propria do orça-

mento da guerra; quando deste orçamento se tratar, então direi alguma coisa a este respeito.

Voto pela resolução.

(Jorn. do Commercio.)

## Recife, 17 de agosto de 1847.

—Pela barca *Esther-Ann* recebemos mais alguns jornaes inglezes, que chegam a 9 de julho ultimo.

Na casa dos lords disse lord Brougham, no dia 5, que "observava que proseguiam os preparativos para uma eleição geral, e confessava que olhava com horror e desgosto para o passado, e com desanimo para o futuro, quando se recordava do suborno, corrupção e intimidacão, que se empregaram para com os votantes na eleição geral de 1841. Que elle tinha então chamado a attenção da casa para esse objecto; e como estava prestes a haver outra eleição geral, e provavelmente haveria repetição das mesmas scenas, julgava conveniente que se fizesse aos partidos anticipada advertencia, para que não fossem culpados sem ser avisados." Parece que o nobre lord concluiu dando noticia de uma moção a respeito, para a qual fixou depois o dia quinta-feira seguinte (8).

Na casa dos commons levantou-se, no mesmo dia (5), Mr. Osborne para fazer a moção de que havia dado prévia noticia sobre os negocios de Portugal; e concluiu o seu discurso propondo que "incumbia ao governo inglez, já que tinha interferido nos negocios daquelle paiz, tomar medidas para preservar os direitos e privilegios do povo portuguez, e insistir sobre a immediata restituição do conde Bomfim e de seus companheiros da colonia penal de Angola á sua patria."

E depois de ter respondido lord Palmerston em extenso discurso, seguindo-se prolongado debate, no qual tomaram parte diversos oradores, disse Mr. Osborne, que "entendendo, como entendia, que o nobre lord, que se achava á testa do governo, havia prometido que insistiria em que o conde Bomfim e seus compatriotas fossem retirados de Angola, elle annunciava ao pedido que lhe era feito e consentiria em retirar a sua moção": o que com effeito fez com permisso da casa.

Na sessão de 6 fizeram-se ainda algumas interpeações acerca de Portugal, as quaes induziram lord Palmerston á declaração de que "na sua opinião tanto o conde das Antas como o Sá da Bandeira tinham direito á ser comprehendidos na amnistia publicada pela rainha de Portugal."

Mr. Moffatt propoz depois, que a casa se resolvesse n'uma commissão de toda ella para tratar dos direitos sobre o assucar; e disse que o seu intento ao fazê-lo era apresentar um bill para a revogação dos direitos differenciales sobre o assucar refinado.

Mr. Ewart apoiou a moção n'um breve discurso; mas, depois de algumas observações do chanceller do exchequer em opposição a ella, foi retirada a moção.

Na sessão da manhã de 8, na casa dos commons, antes que ella passasse ao expediente fez lord J. Russell uma exposição das razões que induziam o governo a retirar a medida mais importante que restava a sua consideração, que era o bill sobre a sanção das povoações. Es-

sas razões eram em resumo o período adiantado da sessão, o pouco progresso que o bill tinha feito na commissão a opposição venetoria a que estava exposto, e a impossibilidade de ser devidamente meditado pelo immediato prospecto de uma eleição geral.

(Diário de Pernambuco.)

## A REVISTA.

### A Política da Conciliação.

—Em quanto o Observador e Estandarte exaggero o exclusivismo a que se atacam, os homens mais proeminentes de todos os partidos, as primeiras capacidades do paiz, invocão a conciliação, como principio salvador, e o unico capaz de trazer-nos algum melhoramento. O Sr. Paula Souza, ministro do imperio, apresentou o seu programma na camara dos deputados, explicando a politica do gabinete, o Sr. Vasconcellos que pode ser considerado como o chefe, ou como o membro mais illustre da opposição, applaudiu e adheriu no senado a politica do programma, concordando em quasi tudo com as ideas do Sr. Paula Souza. Quando aqui transcrevemos esse programma, logo dissemos que era elle tão adaptado ás nossas circumstancias, que si a opposição subisse hoje ao poder, e nomeadamente o Sr. Vasconcellos, faria um programma no mesmo sentido pouco mais ou menos. E a acquiescencia do nobre senador por Minas ás ideas do nobre ministro do imperio mostrou que nos não enganamos em nossos juizos. O Sr. Vasconcellos vai ainda alem na louvavel fraqueza com que se exprime, e deseja que a politica enunciada possa fazer desaparecer os partidos e facções que nos dividem.

Assim a conciliação é não só uma idéa dominante, mas uma necessidade reconhecida pelos nossos primeiros estadistas, e levada a effeito nesta provincia mostra quão acertados tem andado o Sr. Franco de Sá e a liga que o apoia. E si por pregarmos a conciliação e adherirmos á politica do ministerio, somos Sancta Luzia, como diz o Sr. Candido Mendes, somo-o com o Sr. Vasconcellos que vai de accordo com essa politica, e com cujos discursos respondemos ao Observador que ainda a pouco nos perguntava: a qual dos dois lados em que se divide o imperio pertence a liga? Nesses discursos o nos do Sr. Paula Souza terá o contemporaneo mais uma prova de que os antigos partidos vão inteiramente desaparecendo, ou refundindo-se em outros novos, pois as ideas de conciliação dominão por toda a parte, e fazem proselitismos entre os homens mais illustres e eminentes de todas as creanças.

Esta conciliação que tanto se estende e fructifica, ou antes este principio social que conquista todas as nossas capacidades, não é senão a tendencia irresistivel da sociedade brasileira para o seu *ben estar*, altamente pronunciada na necessidade de applicar a politica, até aqui estéril entre nós, ao desenvolvimento das faculdades progressivas do paiz. E quando uma tal tendencia se manifesta em qualquer nação, não são os homens superiores que tratão de oppor-lhe inúteis e raas barreiras; pelo contrario, intelligen-

cias como as dos Srs. Paula Souza e Vasconcellos, andão sempre a par, senão adiante do movimento civilizador do seu seculo. Eis a razão porque esses dois homens tanto tempo adversarios, ou rivales, se achão hoje uniformizados em politica. Querer que os homens sejam estacionarios, é querer que o sejam também as sociedades que os comprehendem, o que é impossivel por ser inteiramente repugnante á natureza destas e daquelles.

O mesmo contemporaneo que se propunha a principio a sustentar os interesses dos *cabanos puros* a quem christou com o nome de saquaremas, já se demoveu do seu proposito para defender a policia dos Srs. Mariani e Cerqueira Pinto, a qual era o flagello desses cabanos, e achou-se as duas por tres constituído órgão da camarilha:—o mesmo contemporaneo pois é uma prova vivente destas vicissitudes. *Tempora mutantur, et nos mutamur in illis.*

#### O discurso do Sr. José Thomaz.

—O Sr. Joze Thomaz dos Santos e Almeida fez um virulento discurso contra o Sr. Franco de Sá, na camara dos deputados onde foi ouvido com distracção e tedio, sendo de quando em quando chamado a ordem pelo presidente da casa. Respondeu-lhe na mesma camara o Sr. Toscano de Brito, e na dos senadores o Sr. Costa Ferreira.

Não temos agora espaço para analisar esse extenso discurso, o que faremos em outra occasião; mas sempre diremos de passagem que, ao lê-lo, figurou-se-nos estar lendo um *no do Estandarte*, tanta era a sua acrimonia! Bahlo de razões e factos em que apoiasse a sua censura contra o presidente do Maranhão, cuja substituição pedia no fim de cada paragrapho, o Sr. Joze Thomaz encheu as columnas do Jornal do Commercio quasi exclusivamente com negocios de partido, pretendendo dar a conciliação aqui operada entre barmoteis, cabanos e dissidentes como opposta ao programma do Sr. Paula Souza! A razão que parece ter levado o Sr. Joze Thomaz a fazer uma accusação tão pueril como apaixonada, foi o saber que o Sr. Franco de Sá, disposto a deixar toda a liberdade nas eleições, não fazia lista de deputados; e como elle tem consciencia de que nunca será eleito pelo voto espontaneo dos maranhenses, quer um presidente que o faça eleger *officialmente*, visto que o actual a isso se não presta. Eis o que se conclue de tal discurso.

#### Quinão na Revista.

—Na Revista n. 405 notámos pela seguinte maneira um disparate do Observador numero 5.º:—

«Lembrados estarão os leitores de que elle (o Sr. Candido Mendes), quando escrevia avulsos, queixava-se amargamente, nas suas respostas á Revista, do presidente da provincia, por conservar, ou não demittir os delegados e subdelegados de policia, que opprimião os cabanos; pois agora, depois que se fez Observador semanal, é tudo pelo avesso, porque censura o presidente, por demittir em alguns pontos esses mesmos agentes oppressores a quem desejava então ver desauthorados, e com tanta injustiça o faz, que não tendo a lei sugellido estas demissões a proposta do chefe de policia, quer elle que o sejam, cousa que nem o pro-

prio Estandarte, com ser camarilha da gemma, se lembrou ainda de sustentar.»

O que faz agora o Observador n. 6? inverte o que dissemos, e para refutar as proposições que arranjou, cita-nos a disposição do regulamento de 31 de janeiro de 1842 que manda ouvir o chefe de policia sobre as demissões dos delegados e subdelegados, como se nos tivéssemos fallado em *audiencia*, e não em proposta! Isto nem resposta merece.

Porem o mais curioso são as proposições extraordinarias que no mesmo artigo emette o contemporaneo, e taes como essas:—quando o presidente vive em harmonia com o chefe de policia nunca lhe deve regeitar uma só proposta:—mas quando o presidente não está satisfeito com o chefe de policia deve pedir a demissão deste, e si a não obtiver dar a sua, ou viver com elle em melhor harmonia.—De sorte que em regra geral nunca o presidente deve regeitar as propostas do chefe de policia, porque é sempre obrigado a viver com elle em harmonia, quer o chefe a isso se preste, quer não. Tomamos nota desta singular *jurisprudencia* com que o Observador pretende subordinar a primeira authoridade da provincia ao seu querido chefe de policia.

Quem diz que o presidente tem demittido delegados e subdelegados sem audiencia do seu respectivo chefe, é o Observador o seu alliado o Estandarte; pois se o não tem feito por escripto, tem-no feito localmente, chamando a sua presença o mesmo chefe.

Quanto á alteração da ordem dos suplentes, o mesmo Observador confessa que a lei não exigia para isso proposta ou audiencia do chefe de policia, mas o seu chefe o exige, e assim se devia praticar.

Tomamos simplesmente nota destas cousas para nos occuparmos com ellas mais de espaço, assim como com a 2.ª *authoridade independente* que o Observador crê na provincia, e não é outra senão o seu chefe de policia.

### Crime horroroso!

—Foi hontem (30 de agosto) stuprada uma creança de oito mezes!! Foi-se immediatamente corpo de delicto, e ha esperanças de ser a infelia curada. É indigitado como author de semelhante monstruosidade Ignacio Vieira Lima—secretario da capitania do porto.

### Tentativa de roubo.

—Amanhecendo para hontem (30 de agosto) foi acommetida a casa dos Srs. Guimarães Magalhães e Silva por um ladrao, que se havia alli introduzido de tarde; mas sendo presentido por um caixeiro, que deu-lhe um tiro de pistola, evadui-se sem poder ser reconhecido, e até hoje ainda se não pode saber quem era.

(Do Progresso.)

#### AVISOS.

—Bixas a venda na quitanda de Guimarães & Oliveira, rua do Giz.

—Em casa de Antonio Joze Vieira, existe uma carta vinda de Portugal para o Sr. Manoel Gomes da Silva.